

Capítulo 4 - Contribuições do projeto AgroecoLP para a transição agroecológica no Leste Paulista

Francisco Miguel Corrales

Ana Cristina Siewert Garofolo

Joel Leandro de Queiroga

Cristina Criscuolo

Antoniane Arantes de Oliveira Roque

Ivan André Alvarez

O projeto AgroecoLP foi concebido com base nos princípios e referenciais teórico-metodológicos da agroecologia, como contribuição ao desenvolvimento territorial rural sustentável do Leste Paulista. Durante a jornada de quatro anos do projeto, buscou-se coletar e sistematizar informações que permitissem o reconhecimento das principais características fisiográficas, socioeconômicas e ambientais das áreas rurais desse território. Esses dados trouxeram subsídios ao diagnóstico realizado com a participação comunitária, revelando dificuldades enfrentadas e demandas reconhecidas como prioritárias para promover avanços na transição agroecológica. Também ofereceu elementos à discussão do Leste Paulista como um território agroecológico e sua interface com a agricultura familiar. As prioridades selecionadas pelo público participante das atividades presenciais e virtuais resultaram na formação de grupos de trabalho, na elaboração e implementação de planos de ação em temas considerados de relevância para avanços da agroecologia.

A partir das informações apresentadas, é chegado o momento de ampliar a discussão do processo percorrido e dos resultados alcançados, de modo que se possa discutir os aspectos multifatoriais que influenciam as dinâmicas de transição agroecológica verificadas no espaço rural do Leste Paulista. Os subsídios para essa análise foram extraídos de fontes de dados secundários (bibliográficos e censitários) e de contribuições fornecidas diretamente por representantes da comunidade local, a serem interpretadas com base nesses referenciais. Com esses procedimentos, serão verificadas as potencialidades e os limites das atividades realizadas, assim como os seus impactos para avanços da agroecologia no Leste Paulista.

Projetos sequenciais para o fortalecimento de redes regionais de agroecologia

A primeira dimensão do aprendizado obtido no decorrer do projeto AgroecoLP consiste no apoio às redes territoriais de agroecologia, resultante de projetos sequenciais que orientaram a aplicação de princípios e bases teórico-metodológicas fundamentadas na agroecologia, a

definição de objetivos compactuados, o estabelecimento de metas, o alcance de resultados e a definição de recursos financeiros necessários à realização dos propósitos estabelecidos.

A abordagem adotada somente foi possível ser adequadamente delineada e implementada em função da experiência acumulada em projetos anteriores, que tiveram o intuito de contribuir na transição agroecológica do Leste Paulista, a partir de articulações interpessoais e interinstitucionais em formato de rede sociotécnica de suporte à agricultura familiar agroecológica. A cada projeto houve um acumulado significativo de conhecimentos adquiridos, trazendo subsídios à formatação do projeto AgroecoLP. Além dos objetivos diretamente relacionados à intervenção na realidade local, houve ainda uma atenção especial na proposição e análise da metodologia participativa utilizada, como uma das contribuições à própria Rede de Agroecologia do Leste Paulista e também a outras redes que possam vir a se inspirar nessa experiência.

Os trabalhos foram convergentes com iniciativas promovidas há décadas pela Embrapa e por outras agências públicas de pesquisa agropecuária no Brasil, alinhadas a projetos com enfoque no desenvolvimento territorial rural sustentável. Os elementos essenciais a essa abordagem conduzem às dimensões participativas e interdisciplinares intrínsecas aos princípios da agroecologia, com a utilização de métodos direcionados à identificação de temas de destaque para a transição agroecológica e de alternativas às necessidades detectadas. O projeto AgroecoLP contribuiu, dessa maneira, com a adoção da metodologia da pesquisa-ação e em aspectos associados à Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários. Em consonância com os referenciais apresentados por Thiollent (2008), relacionados aos fundamentos e práticas da pesquisa-ação, a participação da comunidade do Leste Paulista em busca de diretrizes de ações resultou no reconhecimento de obstáculos à agroecologia, com desdobramentos na formulação de propostas e em iniciativas para a superação dessas dificuldades. O recorte metodológico de permanente interação com o movimento agroecológico local remete às premissas destacadas por Sen (2000), em que a participação é considerada constitutiva dos processos de desenvolvimento.

Metodologia participativa de governança de redes de agroecologia

Mesmo diante dos limites colocados pelas restrições à mobilidade no território Leste Paulista, impostas pela covid-19, até certa medida foi possível adaptar esses referenciais metodológicos e chegar a um delineamento constituído por etapas de estruturação e gestão de redes territoriais de agroecologia: delimitação geográfica; diagnóstico socioeconômico e ambiental; definição de demandas prioritárias; elaboração e implementação de planos de ação com enfoque na transição agroecológica. Para operacionalizar essas iniciativas, logo no início dos trabalhos, foi constatada a importância da equipe de coordenação do projeto AgroecoLP passar por um processo de capacitação em aspectos conceituais, teóricos e

metodológicos, que permitiram dispor dos subsídios necessários para planejar e realizar as atividades programadas. Prova de que o componente de ensino-aprendizagem se faz necessário a todo tempo e em todas as fases do trabalho, desde o público destinatário até a equipe proponente do projeto.

A gestão participativa do projeto, para que se constituísse num instrumento de empoderamento da articulação interinstitucional e do próprio movimento agroecológico local, exigiu o aprimoramento da estrutura organizacional da Rede de Agroecologia do Leste Paulista. A Secretaria Executiva da Rede Leste foi fortalecida, passando a contar nas reuniões mensais desse coletivo, com representações de cada uma das suas seis microrregiões componentes. Mostrou-se fundamental, como elemento facilitador do gerenciamento da Secretaria Executiva, as atribuições desempenhadas por um dos membros desse coletivo: a de facilitador da rede, na condição de secretário executivo. A esse integrante da coordenação da Rede Leste foram atribuídas funções de zelar pela consulta permanente sobre atualização de itens de pauta, pela comunicação das agendas compromissadas, pelos informes de eventos locais em agroecologia, contar com apoios na relatoria das reuniões e na agregação de informações para oferecer devolutivas quanto às ações em andamento no projeto AgroecoLP.

Observou-se a necessidade de formação e ampliação de quadros de facilitadoras(es), que venham a desempenhar essa função essencial da rede, importância essa corroborada por estudos de Schlithler (2004). A autora propõe ações continuadas de formação de facilitadoras(es) de redes sociotécnicas. Adicionalmente, com determinada periodicidade, é recomendado que uma das organizações constituintes desse coletivo disponibilize recursos humanos para essa atribuição. Durante o projeto AgroecoLP chegou-se a deliberar que quatro membros da rede desempenhem funções específicas de facilitadoras(es) na coordenação da Secretaria Executiva da Rede Leste, nas seguintes dimensões de gestão: geral da rede, da comunicação, de eventos e da prospecção de editais/auxílio à elaboração de projetos. Cada uma delas teria um plano a ser elaborado e referendado, como balizador dos trabalhos a serem realizados. Somente a primeira delas contou efetivamente com essa atribuição no decorrer do projeto, havendo expectativas de que os demais encargos e respectivos planos operacionais venham ainda a ser atendidos.

Quanto à composição de membros da Secretaria Executiva, encarregada da gestão da Rede Leste, houve esforços para que os diversos segmentos sociais atuantes nessas microrregiões estivessem ali representados: agricultura familiar, extensão rural, pesquisa agropecuária e docentes de universidades. De todos esses setores da sociedade, verificou-se que a agricultura familiar foi o segmento que contou com menor incidência de participação na Secretaria Executiva e em outras atividades promovidas pela rede. A explicação que se conseguiu deduzir, pode ser atribuída a alguns fatores principais: inadequação do formato virtual para participação de agricultores(as) e às características das atividades do trabalho

no campo, incompatíveis com horários ou dias de reuniões da Secretaria Executiva e dos eventos promovidos, além da dificuldade de acesso à internet na área rural. Também pode-se inferir que agricultoras(es) participam mais ativamente de eventos “práticos” a campo e com repercussões econômicas, e menos em atividades de planejamento ou administrativas da rede, consideradas “teóricas”. No caso das representações de instituições públicas ou Organizações Não Governamentais - ONGs, destacou-se a necessidade da formalização institucional na adesão à rede como um fator que poderia vir a contribuir no incremento da participação.

A expansão e intensificação da articulação interinstitucional incentivada no decorrer do projeto AgroecoLP trouxe contribuições importantes para a Rede de Agroecologia do Leste Paulista. Dentre elas, a ampliação da capilaridade nas suas seis microrregiões constituintes. Alguns membros da rede, integrantes da Secretaria Executiva da Rede Leste, têm se disponibilizado a desempenhar a função de articuladoras(es) nas microrregiões, para assim ampliar a interatividade da Secretaria Executiva com os Núcleos Microrregionais da rede. Inicialmente foram identificadas ao menos duas pessoas que voluntariamente pudessem contribuir como “elos da rede”, em alguns municípios-piloto de cada uma das microrregiões do Leste Paulista. Essas(es) parceiras(os) passaram a integrar a Secretaria Executiva e a ter a atribuição de estabelecer a comunicação das instâncias centrais com as microrregiões e vice-versa, assim como planejar e realizar atividades que tratassem de temas prioritários à transição agroecológica local. Verificou-se também, nessa instância, que agricultoras(es) dispostas(os) a realizar essa função apresentaram presença inconstante, devido (provavelmente) aos fatores relatados no parágrafo anterior. Da mesma maneira as(os) representantes de instituições públicas apresentaram restrições no desempenho dessa atribuição. Dentre os motivos dessa constatação, considerou-se que o voluntariado nem sempre é suficiente para que parceiras(os) possam realizar essas atribuições de “pontos focais”, exigindo então a formalização institucional dessas atividades. Esses fatores foram determinantes para ainda não haver a devida consolidação de Núcleos Microrregionais da Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

O ingresso de novos membros à Secretaria Executiva da Rede de Agroecologia do Leste Paulista, inclusive representantes de redes territoriais vizinhas, motivou o aprimoramento de processos intra e inter-redes sociotécnicas de agroecologia. Nesse sentido, merece ser destacada a aprovação, em julho de 2022, de projeto decorrente da proposta apresentada em edital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. O projeto “Observatório da agroecologia do Leste Paulista e Sul de Minas” possibilita a continuidade da prospecção de demandas e da organização em redes territoriais, a partir de iniciativas da Rede de Agroecologia do Leste Paulista em articulação com a Rede Orgânicos Sul de Minas. Além de ser mantida a análise contínua das características e demandas do Leste Paulista, dá sequência à melhoria de estratégias de ação da Rede Leste e estabelece parcerias no compartilhamento de agendas com Rede Agroecológica do Sul de Minas Gerais. Na

medida em que essas interações evoluíram, também houve a ampliação da conectividade com a Articulação Paulista de Agroecologia e a Articulação Mineira de Agroecologia, com mútuos benefícios desse intercâmbio de experiências. Demonstração de que o processo de descentralização do protagonismo da apresentação de projetos, antes restrita a iniciativas da Embrapa, passa agora a se configurar de modo mais amplo, no aprimoramento da interatividade e rotatividade de atribuições com outras instituições parceiras.

Caracterização regional e prospecção de demandas para a transição agroecológica

Para oferecer subsídios às ações de prospecção de demandas agroecológicas do Leste Paulista, a equipe do projeto AgroecoLP efetuou a coleta e sistematização dos dados socioeconômicos e ambientais. O Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agropecuária do Estado de São Paulo (Lupa), assim como outras fontes consultadas, auxiliaram na definição participativa de temas prioritários, abordados em atividades decorrentes da definição dos assuntos de maior interesse. Dessa maneira, conseguiu-se obter um conjunto de informações que contribuíram no conhecimento das características das áreas rurais do Leste Paulista, auxiliando as tomadas de decisões quanto aos temas preferenciais a serem considerados na Rede Leste.

Concebido como um método de estudo da agricultura para o estabelecimento de linhas estratégicas de desenvolvimento rural, os aportes metodológicos da Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários, adotados pelo projeto no diagnóstico socioeconômico e ambiental da região Leste Paulista, possibilitaram melhor conhecer o processo de evolução e diferenciação dos seus sistemas agrários. Também permitiram identificar os principais fatores condicionantes desse processo e compreender como estes diferentes fatores associados atuaram ao longo do tempo. Este diagnóstico foi realizado considerando duas premissas. A primeira, a importância do entendimento das dinâmicas socioeconômicas e ambientais ocorridas no passado, as suas relações com as contradições presentes, e assim possibilitar prever as tendências futuras. A segunda, que não basta estudar fatores isolados ou os fenômenos pontuais da realidade agrária que se deseja conhecer. Faz-se necessário entender as relações entre as partes, a integração entre os componentes ecológicos, técnicos e sociais que possibilitam a interpretação da realidade.

Considerando a extensão da área geográfica e o reduzido tempo previsto para o cumprimento do cronograma dedicado ao resgate histórico do território, foi realizado o levantamento da história da agricultura e do processo de ocupação com enfoque na evolução e diferenciação dos sistemas agrários em escala “macro”, no agregado de todo o Leste Paulista. Entretanto, a análise dos mais recentes dados secundários (censos agropecuários) identificou a evolução e diferenciação dos sistemas agrários nos âmbitos específicos das seis microrregiões do território, a partir do processo de diversificação da

produção agropecuária. Constata-se, portanto, que o detalhamento da trajetória histórica em escala “micro” possibilitaria compreender melhor os fatores que condicionaram esta evolução e diferenciação peculiares a cada uma das microrregiões.

Os aspectos descritos no diagnóstico socioeconômico e ambiental do Leste Paulista permitiram reconhecer a importância da agricultura na formação da paisagem ao longo do tempo, impulsionada por diversos ciclos econômicos ocorridos na região. A ocupação de terrenos férteis para a implantação e adaptação de culturas agrícolas; a necessidade de definir traçados viários capazes de viabilizar o transporte da produção a outras regiões; a densidade demográfica em determinadas localidades estratégicas, resultando na formação de núcleos populacionais; a acumulação do capital gerado pela cafeicultura, aplicado no financiamento de atividades industriais; o êxodo rural e o crescimento de cidades provocado pela atração de trabalhadores, com estímulo ao crescimento dos setores secundários e terciários da economia; a necessidade de criação de centros de formação, pesquisa e transferência de tecnologia, voltados à modernização da agricultura; resultaram na configuração de um mosaico complexo de atributos do território. Mostra-se evidente a importância da agricultura do Leste Paulista, no passado e no presente, estando essas características evidenciadas no levantamento histórico e na análise de dados secundários realizados na fase de diagnóstico do projeto.

A retrospectiva histórica a partir da cultura da cana-de-açúcar, sucedida pela ascensão e declínio do ciclo do café, revelam as suas influências em novas configurações da paisagem, na estrutura fundiária, na estratificação social e na matriz econômica da região. Embora estas culturas agrícolas tenham se destacado na ocupação do uso do solo e por se mostrarem como forças motrizes dos principais ciclos econômicos do Leste Paulista, há que se ressaltar as origens nativas dos sistemas de produção e sua importância no fornecimento da dieta alimentar pelos povos indígenas que, em conjunto com outros cultivos introduzidos pelos colonos portugueses, formaram a base da agricultura de subsistência local nos primórdios da ocupação do território. A partir da produção intensiva de alimentos e matérias primas, ao longo do tempo a agricultura local passa a atender ao abastecimento do mercado interno e a constituir fator decisivo para o dinamismo da economia da região.

Constata-se, portanto, que diversas culturas agrícolas coexistiram no mesmo espaço geográfico, podendo ser diferenciadas em culturas voltadas à exportação, concentradas em grandes propriedades rurais de empresários e agricultores não familiares; e as destinadas ao autoconsumo e ao abastecimento interno, concentradas em pequenas e médias propriedades rurais, predominantemente cultivadas por agricultores familiares. Embora alterações na configuração da estrutura fundiária tenham ocorrido, com o aumento no número de pequenas e médias propriedades rurais, o diagnóstico obtido a partir dos dados secundários nos revela a concentração fundiária herdada de elites rurais de outros períodos históricos e que se perpetua no presente. Outro destaque verificado, a predominância de

pequenas propriedades rurais, que ocupam área inferior às médias e grandes propriedades rurais, observáveis em todas as microrregiões do Leste Paulista.

As diferenciações entre agricultura familiar e não familiar no Leste Paulista, terminologias que passaram a ser utilizadas pelo IBGE a partir dos parâmetros fornecidos pela lei da agricultura familiar (Brasil, 2006), foi um dos objetos de análise no diagnóstico do território. Em décadas recentes, os dados censitários mostram o aumento do número de estabelecimentos da agricultura familiar no Leste Paulista. Porém, em todas as microrregiões do território, verifica-se que a evolução do percentual representativo dos estabelecimentos familiares, em relação ao total de unidades de produção, foi comparativamente inferior à evolução do número de estabelecimentos da agricultura não familiar, relativamente ao total de unidades de produção.

No entanto, tal como mencionado no Capítulo 1, a agricultura familiar é um grupo social bastante heterogêneo e em evolução, com significativas raízes históricas e portadores de uma tradição peculiar nas suas formas de produzir e modos de vida. Demonstra seu dinamismo na adaptação aos sistemas de produção vigentes e aos mercados modernos globalizados. Nesta perspectiva, não se detendo apenas ao seu conceito “normativo” (por exemplo, a possibilidade de haver contratação de mão de obra temporária em número superior ao número de mão de obra familiar do estabelecimento rural), consideramos que o número de propriedades rurais da agricultura familiar na região Leste Paulista possa ser maior e mais expressivo do que os dados secundários revelados pelo Lupa.

Com a diversificação da produção agropecuária e a existência de uma sólida infraestrutura de ensino, pesquisa e extensão, em tempos recentes o Leste Paulista tornou-se uma região fornecedora de produtos agrícolas oriundos tanto da agricultura convencional quanto a de base orgânica e em transição agroecológica. Destacam-se ainda outras atividades complementares, como aquelas vinculadas ao turismo rural, especialmente no Circuito das Frutas e no Circuito das Águas Paulista. O Leste Paulista abrange a região metropolitana de Campinas e situa-se próximo da região metropolitana de São Paulo. Esse fato traz uma vulnerabilidade quanto ao avanço da urbanização em direção às áreas rurais e, por consequência, coloca em risco a permanência dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar. Sofre fortes pressões da expansão urbana e industrial, marginalizando as atividades agropecuárias, sujeitas de modo intenso à especulação imobiliária. Observa-se a carência de políticas públicas que possam viabilizar nessa região caracterizada pela conurbação, a permanência da agricultura em remanescentes de áreas rurais, urbanas e periurbanas, em especial a de matriz familiar.

A agricultura, tal como relatado, compõe-se de uma mescla de segmentos que podem variar desde a agricultura empresarial até a camponesa. Esse conjunto de atividades manifesta-se no espaço, de forma agregadora ou contraditória. Ocupam porções definidas

nos municípios e se alternam ao longo do tempo, de acordo ou em conflito com as leis e os interesses do mercado. Os dados sistematizados e analisados a partir do Lupa, assim como o levantamento de uso e cobertura das terras apresentado no Capítulo 3, revelam a diversidade de culturas e produtos agrícolas existentes em cada uma das seis microrregiões do Leste Paulista. Verifica-se que os processos desempenhados em cada segmento da agricultura, insumos, tecnologias, serviços a eles associados combinam-se uns aos outros e estabelecem, consolidam e fortalecem redes em escalas locais, regionais e globais, que atuam de forma complexa e, muitas vezes, conflitantes entre si. Em outras palavras, são acompanhadas por um conjunto de elementos que podem se expressar de forma objetiva ou subjetiva. Configuram-se de forma objetiva, na medida em que expressa materialmente as formas de uso e ocupação do solo, de modo a demonstrar características de cada um desses segmentos sociais do meio rural dessa região. A sua subjetividade envolve as relações de associação ou de contraposições de identidades e interesses de diferentes atores e escalas que, em geral, são difíceis de serem delimitadas, já que podem se manifestar próximas umas às outras no espaço geográfico.

A definição dos limites espaciais da região Leste Paulista foi realizada com base em aspectos criteriosamente definidos. A delimitação dos 95 municípios que compõem a Rede de Agroecologia do Leste Paulista e sua subdivisão em seis núcleos microrregionais mostrou-se necessária para promover ações localizadas de prospecção de demandas que pudessem revelar as prioridades definidas pelas(os) agricultoras(es), para a resolução de problemas, estabelecer trocas de experiências e gerar conhecimentos que atendessem às necessidades de apoio dos municípios que compõem a Rede Leste. A divisão em microrregiões, por sua vez, teve o objetivo de fortalecer o entendimento das identidades do território a partir das convergências encontradas nas escalas microrregionais, estimular a sistematização e o compartilhamento de experiências entre os núcleos da Rede, e de forma prática facilitar as atividades de gestão do coletivo.

As relações entre os participantes da Rede Leste e destes com outras redes de agroecologia contribuem para configurar o fenômeno das redes da região, sendo que as especificidades internas contribuem para fortalecer o conceito de microrregião. A apropriação do espaço pelos agentes que atuam com a agricultura não familiar (empresarial) e a agricultura familiar ocorre de forma diferenciada na região, havendo aqueles atores que conseguem acessar plenamente o mercado, outros que permanecem à margem e ainda os que se contrapõem ao padrão hegemônico de agricultura.

A delimitação da região de abrangência da Rede Leste tomou por base a definição de critérios que priorizaram a conexão dos municípios da porção Leste do estado de São Paulo. Foram adotados parâmetros presentes em diferentes graus de envolvimento interinstitucional nas ações desse coletivo, considerando regionalizações adotadas por instituições parceiras, além de divisões administrativas estabelecidas pelo governo

paulista. Dessa forma, considerou-se o perímetro geográfico composto por uma região composta por 95 municípios situados na porção Leste do Estado de São Paulo e definidos a partir das bases de dados regionais utilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Região Integrada de Campinas - RI) e pelo Governo do Estado de São Paulo (Região Administrativa de Campinas - RA); Escritórios de Desenvolvimento Regionais da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral - Cati e da Coordenação Leste da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo – Itesp.

Os critérios adotados foram estabelecidos com o propósito de adequarem-se às configurações utilizadas pelo governo do estado de São Paulo. As ações da Rede Leste, baseadas nesses parâmetros, estariam em sintonia com as ações do poder público, facilitando assim o desenvolvimento endógeno. Há consciência de que se trata de um critério objetivo, mas que também apresenta fragilidades, já que tais divisões regionais utilizadas para a delimitação podem sofrer mudanças ao longo do tempo. Por haver diversas formas de praticar a agricultura, são passíveis de conflitos de interesses. Ao definir critérios de delimitação cartográfica, são excluídas outras formas de recorte geográfico, referenciadas em regionalizações diferenciadas. Como exemplo, podemos citar a divisão regional com base em bacias hidrográficas, comumente utilizada em trabalhos dessa natureza.

Uma vez definida a área de abrangência da região Leste Paulista, passou-se a se indagar se esse espaço poderia ser compreendido como um território. Haesbaert (2002) ressalta que a territorialização pode se expressar de forma coletiva e massificada, ou mesmo de forma localizada, envolvendo a atuação de grupos que se fazem presentes de maneira resistente e alternativa em relação à forma convencional de ordenação, imprimindo relações de poder, controle ou mesmo de apropriação. A delimitação de tais territórios não obedece a uma escala definida, pois podem estar próximos uns aos outros e apresentar alterações ao longo do tempo, de acordo com as redes de atuação local ou regional. As redes atuam, portanto, como elementos fortalecedores dos territórios e são deles indissociáveis. Assim sendo, um território demandará um espaço geográfico, atores sociais que interagem e dinâmicas sociais que lá ocorrem expressas nas diferentes formas de poder.

A agroecologia está inserida neste mosaico complexo, sendo uma expressão da agricultura praticada regionalmente, na qual a agricultura familiar destaca-se como segmento social promotor da transição agroecológica em territórios rurais. A territorialidade exercida pela agroecologia é, por consequência, uma prática social que resulta em um exercício de resistência e disputa por espaço, em contraposição à agricultura convencional. Por coexistirem, podem influenciar e impactar umas às outras, configurando-se como um campo de pesquisas futuras visando o seu melhor entendimento.

A agroecologia apresenta características peculiares, que a diferencia dos demais segmentos da agricultura praticados regionalmente. Possui uma forma particular de apropriação do

espaço; métodos e técnicas de cultivos diferenciados; redes de atuação que conectam atividades e atores sociais e suas instituições representativas, em busca da sustentabilidade em suas dimensões ambiental, social e econômica. A agroecologia induz e é objeto de políticas públicas voltadas ao seu fortalecimento. Tais identidades podem conferir um caráter territorial, pois resultam na apropriação e reconhecimento de sua área de atuação no espaço, mesmo que o contorno físico do território que ocupa não seja passível de delimitação exata e que ocorra próxima e em oposição a outros territórios da agricultura localizados na mesma região.

O desenvolvimento territorial é a combinação de políticas governamentais descendentes, formuladas de “cima para baixo”, integradas a iniciativas de desenvolvimento endógeno, conceito que remete ao desenvolvimento local baseado na participação da sociedade civil. O planejamento é o fundamento para a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, com vistas ao fortalecimento e à dinamização da sua economia. O desenvolvimento regional endógeno, segundo Barquero (1988), considera e dá relevância à sociedade civil local, aos seus processos de organização e relação social, permitindo que a região atinja um crescimento equilibrado e sustentado no longo prazo, sem entrar em conflito direto com a base social e cultural da região.

As iniciativas da articulação interinstitucional pela agroecologia no Leste Paulista, aliadas às ações da sociedade na promoção de mudanças a favor da sustentabilidade do espaço geográfico, trazem elementos estruturantes para a configuração de um território orientado ao desenvolvimento rural sustentável. A partir dos princípios agroecológicos, as diretrizes de ordenamento do território precisam ser referendadas em processos participativos, que ocorrem na interação entre organizações representativas dos agricultores, juntamente a agências locais de pesquisa, ensino e extensão. Na medida em que o planejamento territorial contempla consultas, fontes documentais e a comunidade local para propor tais intervenções, há a possibilidade de definir prioridades e políticas públicas que contribuam efetivamente para processos de fortalecimento da transição agroecológica.

É neste espaço que a Rede de Agroecologia do Leste Paulista se faz presente como mobilizadora social e articuladora regional, visto que o desenvolvimento rural não deve ser pautado pela expansão das atividades agropecuárias, de modo dissociado da governança e da implementação de políticas públicas. As dinâmicas sociais que aí ocorrem representam o passado e o presente das relações de poder estabelecidas. A atuação em redes sociotécnicas é condição para a existência do território da agroecologia, ao exercer influência e articulação junto aos atores do segmento que atuam na região. Desta forma, é papel da Rede de Agroecologia do Leste Paulista induzir políticas públicas, com vistas ao desenvolvimento territorial endógeno.

Algumas das políticas públicas consideradas como de extrema relevância pela agricultura familiar do Leste Paulista, são os programas de aquisição de alimentos e a política de crédito rural, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf. Contudo, existem vários fatores que impedem que o agricultor familiar tenha acesso ao crédito disponível para incentivar suas atividades. No caso da região de abrangência da Rede Leste, um exemplo ilustrativo pode ser encontrado no Circuito das Frutas. A declaração de aptidão (DAP) ao Pronaf foi elaborada por 1.373 estabelecimentos agropecuários no Circuito das Frutas. Em 2018, contudo, Fredo et al. (2019) avaliaram que muitas DAPs foram canceladas, superando as DAPs ativas, refletindo as dificuldades que os agricultores familiares apresentam para adequarem-se aos requisitos exigidos pelo programa.

Portanto, devem existir formas das políticas públicas serem conduzidas de modo a suprimir as dificuldades da agricultura familiar e ao mesmo tempo viabilizar a agroecologia, para a superação das adversidades apresentadas no território Leste Paulista. Muitas das dificuldades que agricultoras(es) em geral apresentam para adotar os princípios da agroecologia em seu cotidiano, são as mesmas que passam a agricultura familiar. Se uma política pública é capaz de beneficiar a agricultura familiar no sentido de oferecer crédito rural em montante adequado para custeio e facilitar seu acesso a mercados, também deveria contemplar agricultoras(es) que desejam realizar práticas referenciadas na agroecologia. Quando se trata da fruticultura, que tem significativa importância econômica e social no território, o número reduzido de agricultores periurbanos com DAPs ativas decorre da falta de políticas adequadas às condições econômicas e sociais da agricultura familiar, visando reintegrar produtores com DAPs expiradas. Acesso aos serviços públicos de assistência técnica e extensão rural, fornecidas pelas instâncias estaduais e secretarias municipais de agricultura, devem demonstrar a importância de cooperativas e associações para produtores, fortalecendo relações sociais e econômicas da agricultura familiar.

Um exemplo de política pública de destaque no Leste Paulista, implementada no município de Louveira, SP, foi o Programa Municipal de Incentivo ao Fruticultor (Promif), que fornece suporte financeiro a fruticultoras(es) que realizam boas práticas agrícolas. Referência importante a ser observada, como inspiração para outros municípios do Leste Paulista.

A busca do desenvolvimento sustentável rural pressupõe uma política articuladora dos valores da sociedade na construção de relações sociais, econômicas, culturais, ambientais e tecnológicas de modo equilibrado e igualitário (Garofolo, 2017). Faz-se necessária uma organização coletiva para construção de soluções frente aos problemas comuns, para o resgate de sua própria história de inserção política. Assim sendo, discutir o desenvolvimento sustentável em um território pressupõe atuar na articulação dos diferentes grupos que lá dialogam com a realidade local e viabilizar condições de legitimidade política e social. Pressupõe favorecer a agroecologia como uma alternativa viável e importante para o processo de fortalecimento da identidade do(a) agricultor(a) e de suas condições de

produção, contribuindo sobremaneira para garantir a segurança alimentar e a estabilidade dos ecossistemas.

A análise das principais dificuldades apontadas nas microrregiões do Leste Paulista mostra convergência em temáticas como comercialização, acesso ao conhecimento e capacitações. No quesito da comercialização surgiram propostas de promoção de políticas públicas de incentivo a circuitos curtos de comercialização entre as políticas e legislações, que possibilitem adquirir a produção local a partir de instrumentos de compras públicas com base nos parâmetros do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae). Da mesma forma, foram identificadas alternativas de superação das dificuldades, pautadas especialmente em capacitações, políticas públicas, assistência técnica e atendimento a demandas locais. Entretanto, faz-se necessário aprofundar o conhecimento das particularidades e necessidades de cada uma das microrregiões para uma melhor discussão das especificidades dos potenciais territórios que a compõem.

Ressurge aqui o debate do papel das interações que ocorrem entre os diferentes atores, visto a importância da organização de agricultoras(es) para atuação conjunta em redes informais ou na forma de associações e cooperativas. Um território é um espaço onde agentes sociais que o produzem se inter-relacionam, empreendendo ações marcadas antes pelo agir autônomo que guiados ou sublinhados pelo rótulo de classe (Corrêa, 1999). É o local onde diferentes atores sociais interagem e vivenciam as distintas relações sociais, mediadas pelas forças econômicas hegemônicas que as envolvem. Na pesquisa realizada não foi possível levantar em profundidade questões específicas que caracterizassem as relações estabelecidas, decorrentes ou não da interação da Rede de Agroecologia do Leste Paulista. Tal fato ressalta a importância das ações da Rede Leste na escuta ativa e atendimento das diferentes demandas da agricultura para que a incorporação do fazer agroecológico no *modus operandi* do agricultor seja exitosa. O processo de transição agroecológica em direção ao desenvolvimento sustentável, nos diferentes territórios, está sujeito à intervenção humana e à dinâmica social local, levando à racionalização econômico-produtiva, mudança nas atitudes e valores dos atores sociais.

O desenvolvimento territorial exige a capacidade de mobilização de diferentes grupos sociais e organizações em trabalhar para o alcance de objetivos comuns, a partir da liberdade individual dos atores envolvidos. Compreende normas, confiança e sistemas necessários à organização social que possibilitem a estes atores aumentar sua eficiência a partir de ações coordenadas (Putnam, 2008). Desse modo, o que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais onde “[...] estas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades” (Sen, 2000, p.19).

Nos últimos anos, uma corrente de pensamento que defende a importância dos atributos sociais de uma região ou território vem crescendo e ganhando força. Muitas pesquisas têm centrado esforços na capacidade de organização e constituição das redes de cooperação social, com destaque para as redes associativistas, de significativa relevância no processo de desenvolvimento sustentável (Nicola, 2007). Pensar no desenvolvimento rural pressupõe trazer às discussões o capital social que permeia as relações camponesas.

O conceito de capital social tem ganhado espaço nos estudos de vários pensadores. Em comum existe a convergência de que as relações sociais pautadas na reciprocidade constituem um patrimônio a serviço dos sujeitos sociais, sejam estes individuais ou coletivos (Ferreira; Pessoa, 2012). Criar capital social supõe criar mecanismos que estimulem as capacidades das pessoas a expandirem suas liberdades, pautados em laços de confiança e cooperação. Liberdade que não é “apenas a base da avaliação de êxito e fracasso, mas também um determinante principal da iniciativa individual e da eficácia social” (Sen, 2000, p. 33). Assim sendo, o capital social não é produto espontâneo e nem pode ser produzido automaticamente (Putnam, 2008).

Como fruto de sua ação, a Rede Leste tem buscado a construção de capacidades sociais e técnicas visando o aprimoramento de processos agroecológicos e de gestão social para construção da visão de território rural com base em fatores intangíveis pautados na cooperação e na confiança mútua. Assim sendo, a partir de ações dialógicas, inclusivas e participativas, a construção de um capital social em formato de redes fortalecerá e trará a realidade da agroecologização do território imaterial.

As perspectivas que se abrem com todas as análises realizadas sobre a agroecologia, em todas as suas vertentes, dentro do contexto da Rede Leste Paulista, são promissoras quando se considera o fator espaço-tempo. As análises mostram que o histórico é favorável ao crescimento do movimento agroecológico, mas que políticas públicas precisam ser implantadas na construção do conhecimento e em incentivos que facilitem a vida do agricultor, com apoio técnico da extensão rural.

Concluída a sistematização dos dados socioeconômicos e ambientais do Leste Paulista, nos termos discutidos nos parágrafos anteriores, as atividades de interação presencial com parceiras(os) do projeto AgroecoLP foram iniciadas efetivamente em maio de 2019. A partir de março de 2020 houve a necessidade de uma radical alteração da proposta original de prospecção de demandas e das etapas subsequentes, em função das medidas de isolamento social necessárias à contenção da pandemia da covid-19. Essa interatividade presencial verificou-se de modo parcial na microrregião de Mogi Mirim, na expectativa desse procedimento vir a ser implementado e aprimorado nas demais localidades do território. Ainda que interrompido de forma abrupta, esse breve período mostrou-se extremamente promissor, com grande riqueza de interações estabelecidas com extensionistas rurais e

agricultores familiares de Artur Nogueira, Engenheiro Coelho, Mogi Mirim e Santo Antônio de Posse. Trataremos primeiramente de discutir o período de atividades presenciais do projeto AgroecoLP, para em seguida analisar o período de interações virtuais.

Priorização de temas e ações em agroecologia

Os eventos presenciais de prospecção de demandas ocorreram com a participação de agricultores e extensionistas rurais, a quem foram apresentados os dados sistematizados da microrregião de Mogi Mirim, no propósito de reconhecerem aspectos identificados como destaques e balizadores na definição das próximas etapas do projeto. Esse procedimento foi considerado bem-sucedido, com a definição das principais culturas agrícolas de importância para a agricultura familiar e na detecção de aspectos tecnológicos que afetam o meio ambiente. Possibilitou estabelecer diálogo com parceiros locais, na verificação de gargalos e alternativas tecnológicas de base agroecológica.

Viabilizou a implantação e o monitoramento de duas Unidades de Referência Tecnológica em Agroecologia (Urtas), localizadas em Artur Nogueira e Santo Antônio de Posse, que mostraram-se de grande interesse operacional e metodológico na validação de procedimentos de acompanhamento de indicadores de sustentabilidade aplicados à mandiocultura, considerada como cultura agrícola de destaque pela agricultura familiar local. Em função das medidas sanitárias de controle da covid-19, houve apenas o início da verificação da eficiência de métodos alternativos ao controle de plantas espontâneas (“ervas daninhas”) nos sistemas de produção da mandioca, que pudesse demonstrar alternativas ao uso de herbicidas químico-industriais, utilizados intensamente na mandiocultura pela agricultura familiar nessa microrregião. Por ter sido possível acompanhar apenas por quatro meses as práticas conduzidas nas Urtas, infelizmente não se mostrou viável reunir uma série histórica de dados, que permitisse avaliar a eficácia das técnicas utilizadas naquele contexto.

A inviabilidade da realização de atividades presenciais impôs à equipe do projeto a adoção do único meio disponível para manter a interação com parceiras(os) das microrregiões do Leste Paulista, em busca da identificação de demandas prioritárias: os eventos virtuais. Podemos considerar que essa modalidade de comunicação apresentou vantagens e desvantagens na sua implementação. Conforme mencionado neste capítulo, o segmento social da agricultura familiar não apresenta disponibilidade de tempo, nem mesmo (muitas vezes) conectividade adequada à internet, o que restringe a participação em eventos virtuais. Mesmo diante dessas restrições, sempre houve a participação de representantes de agricultoras(es), ainda que em pequena proporção. Por outro lado, alguns membros da Rede Leste puderam participar em melhores condições do que em relação aos meios presenciais, em especial representantes das instituições públicas de pesquisa agropecuária,

ensino superior e extensão rural. Pelo fato da maioria dessas(es) parceiras(os) terem trabalhado em suas residências (teletrabalho) durante a pandemia, a comunicação virtual com esses setores ocorreu de modo bastante satisfatório. Seja em reuniões da Secretaria Executiva, em encontros voltados à prospecção de demandas ou nos grupos de trabalho temáticos, conclui-se que os meios virtuais devem continuar a ser adotados e, após a pandemia da covid-19, utilizados de modo complementar aos meios presenciais.

Para permitir a consulta diretamente dirigida às/aos parceiras(os), referentes a temas de interesse à agroecologia do Leste Paulista, importante nesse momento refletir quanto às informações obtidas em resposta à pergunta: “Na sua percepção, quais são as principais dificuldades e como podem ser superadas, para haver o fortalecimento da transição agroecológica na sua realidade local e na sua microrregião?”. Essa questão foi apresentada entre os meses de novembro de 2020 a abril de 2021, em encontros virtuais do Leste Paulista. Trataremos de analisar o processo de discussão dessa pergunta e dos seus desdobramentos, para considerar as possibilidades de abordagem dos problemas detectados e, em decorrência, das soluções que melhor se apresentam.

Um dos aspectos destacados quanto aos entraves a processos de transição agroecológica diz respeito à insuficiente geração de renda originada da agricultura de base ecológica, pelo fato dos custos nem sempre serem menores que a remuneração obtida na venda da produção. O planejamento da produção associado a políticas de compras públicas (PAA e Pnae) foi reconhecido como instrumentos equalizadores entre oferta e demanda da produção. Para isso, políticas públicas estabelecidas por governos nos âmbitos federal, estadual e municipal podem em muito contribuir para o escoamento da produção com pagamentos a preços compensadores. Algumas organizações de agricultores familiares do Leste Paulista, tal como a Cooperacra (Americana, SP), têm conseguido firmar contratos de fornecimento de alimentos para merendas escolares gerenciadas por prefeituras municipais das imediações, com bons retornos econômicos. A certificação de produtos orgânicos também é uma alternativa importante de agregação de renda, ainda que sejam poucas(os) agricultoras(es) familiares que estejam integradas(os) em certificação por auditoria, sistemas participativos de garantia ou organizações de controle social. A Cati gerencia o programa de governo denominado “Protocolo de Transição Agroecológica”, com a adoção de uma metodologia que promove processos de mudanças dos sistemas produtivos, até que esse possa ser formalizado de acordo com a legislação brasileira da produção orgânica.

Ainda que a obtenção de preços justos seja entendida como uma prioridade da agricultura familiar do Leste Paulista, não deixa de haver ainda muitos desafios tecnológicos reconhecidos como de extrema relevância. Alternativas ao uso de agrotóxicos no controle de pragas, doenças e plantas espontâneas (“ervas daninhas”) são reconhecidas como prioridades no território. Outro tema relevante é atribuído ao manejo da água para a manutenção de sistemas de produção ao longo de todos os meses do ano. Especialmente agricultoras(es)

familiares de assentamentos rurais da região expressaram a necessidade de disponibilidade de conhecimento técnico no uso da água para irrigação. Ainda nesse quesito, mostra-se que a população rural e técnicos percebem a diminuição da disponibilidade hídrica em assentamentos rurais e na agricultura familiar em geral, com a necessidade de restauração de Áreas de Preservação Permanente e de Reserva Legal.

Dentre as soluções recomendadas como alternativas desejáveis para a superação dos gargalos, é mencionada a importância dos órgãos de assistência técnica e extensão rural pública, de modo a manterem e expandirem as suas importantes contribuições na orientação à agricultura familiar. É mencionada a prioridade de investimentos no aprimoramento da formação de extensionistas rurais da Cati e Itesp, para ampliar o domínio em metodologias participativas e tecnologias na produção de alimentos com base nos princípios da agroecologia. A Cati conta com grupos de trabalhos coordenados por profissionais que gerenciam atividades de formação de quadros da instituição no tema da agroecologia e da produção orgânica. Certamente serão imprescindíveis para a capacitação dos quadros institucionais. Modelo semelhante poderia ser utilizado pelo Itesp, com políticas públicas de capacitação tecnológica e metodológica voltada à extensão rural agroecológica.

Considerou-se ainda haver deficiências em sistemas de comunicação na Rede de Agroecologia do Leste Paulista no uso de meios eletrônicos (site, aplicativos de serviço de mensagens instantâneas, e-mail e redes sociais), associados a meios presenciais de intercâmbio de experiências em agroecologia (dias de campo, mutirões, caravanas agroecológicas), como estratégias para promover trocas de saberes agroecológicos. Para isso é necessário dispor de instrumentos de planejamento, de especialistas nessas mídias e acesso de recursos financeiros para essas tarefas. O projeto Ecoforte II ofereceu meios para a modernização do site da Rede Leste, porém ao término não houve suporte para a continuidade e atualização de informações.

Para que se possa identificar e posteriormente divulgar em meios virtuais e presenciais as experiências exitosas, considerou-se a necessidade da criação de um “Observatório da Agroecologia do Leste Paulista”. De modo a monitorar projetos formais e ações informais, num processo permanente: quem faz, de que forma, como e onde ocorrem essas iniciativas em agroecologia e produção orgânica no Leste Paulista. Tal como relatado anteriormente, esse propósito foi contemplado em projeto aprovado em meados de 2022, em edital do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, que conta com a parceria de membros da Secretaria Executiva da Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

Todas essas frentes de ação requerem uma devida coordenação no âmbito da gestão da rede, para que haja sincronicidade e integração entre atividades em andamento, evitando-se superposições de atribuições por desconhecimento dos projetos ou iniciativas informais realizadas por instituições parceiras da rede. Esse gerenciamento sistemático dos

processos em curso demanda a adoção de instrumentos metodológicos criteriosamente dimensionados, o que requer conhecimentos a serem adquiridos pela coordenação e membros da Rede Leste. Com isso, será possível utilizar as melhores ferramentas no mapeamento dos trabalhos (em fases de planejamento ou implementação) e apoio a questões de ordem tecnológica ou organizacional desse coletivo.

Cada uma das dimensões apontadas como prioritárias foi considerada e agrupada em categorias de “Eixos Programáticos” de um “Plano Diretor” ou “Projeto Político -Pedagógico” da Rede de Agroecologia do Leste Paulista. Os eixos programáticos foram assim definidos na Secretaria Executiva do Leste Paulista:

Eixo 1 - Observatório da Agroecologia do Leste Paulista.

Eixo 2 - Formação Agroecológica.

Eixo 3 - Gestão da Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

Eixo 4 - Desenvolvimento Metodológico da Rede Leste.

Eixo 5 - Gestão da Comunicação.

Eixo 6 - Promoção da Comercialização em Bases Agroecológicas.

Eixo 7 - Apoio a Políticas Públicas Agroecológicas.

Em 2017 foram realizados três módulos de oficina de trabalho, com o propósito de elaborar o “Projeto Político-Pedagógico” da Rede de Agroecologia do Leste Paulista. Nos dois anos seguintes, 2018 e 2019 (incluído o período do projeto AgroecoLP), um grupo de trabalho foi formado para analisar, sistematizar e documentar os resultados dos módulos da oficina. Essa iniciativa teve por propósito expressar os parâmetros apontados naquele evento, em termos de objetivos, princípios, referenciais teórico-metodológicos e metas da Rede Leste. De modo que quaisquer projetos formais ou atividades não formais em elaborações e em fase de implementação, conduzidos por integrantes desse coletivo, incorporem os parâmetros de alinhamento às diretrizes gerais que norteiam os trabalhos dessa rede sociotécnica. Com a contribuição dos referenciais fornecidos pelos “Eixos Programáticos” da rede, um grupo de trabalho da Secretaria Executiva considerou documentar o Projeto Político-Pedagógico, como instrumento orientador do arcabouço organizacional da rede, balizador de novos projetos e das ações virtuais ou presenciais de intercâmbio de experiências.

Com base nas demandas identificadas, com sugestões de alternativas de enfrentamento desses desafios e de eixos programáticos, foram definidos grupos de trabalho em temas percebidos como mobilizadores da rede. Alguns dos eixos foram imediatamente abordados nesses coletivos, outros ainda não tiveram início devido, em certa medida, à necessidade de

mobilidade pelo território Leste Paulista, inviabilizada em função da pandemia da covid-19. Os temas mobilizadores percebidos como de maior relevância foram: gestão da água; áreas de proteção ambiental (APAs); certificação participativa e compras públicas (PAA e Pnae); hortas e agroflorestas urbanas e periurbanas; bancos comunitários de sementes crioulas; plano de comunicação; plano gerencial e de embasamento teórico-metodológico da Rede Leste e; planos municipais de desenvolvimento rural sustentável tendo a agroecologia como eixo transversal.

Alguns dos temas mobilizadores, ainda que considerados de extrema importância, não conseguiram agregar pessoas para a formação de grupos de trabalho, que dessem vazão a essas demandas. São os casos dos temas “certificação participativa”, “compras públicas”, “plano gerencial e embasamento teórico-metodológico da Rede Leste”, “comunicação” e “hortas e agroflorestas urbanas e periurbanas”. Os demais grupos temáticos encontram-se ativos, com realização de reuniões virtuais quinzenais. Cada tema conta com um roteiro de plano de ação, com os seguintes quesitos: título, justificativa, metodologia, objetivos e metas. Alguns concentram-se em determinados municípios-piloto de uma das microrregiões do Leste Paulista, outros agregam municípios-piloto em diversas microrregiões.

Grupos temáticos de trabalho com enfoque na transição agroecológica

Diversos fatores podem ser considerados para justificar a evolução ou estagnação de determinados grupos de trabalho. Podemos destacar que cada um dos grupos demanda um/a facilitador/a para estabelecer pautas, agendamentos, relatorias de reuniões, com animação de processos decorrentes das deliberações compromissadas. Faltam ainda pessoas que se prontifiquem a essa tarefa e capacitações para que essas ações ocorram adequadamente. A observação anteriormente relatada, de um trabalho voluntário sem formalização institucional, pode estar interferindo na presença de “animadoras(es)” desses processos. Nesse sentido, uma parceria entre a Cati e a Embrapa Meio Ambiente encontra-se em processo de formalização, com o propósito de contribuir na designação e capacitação de extensionistas rurais para atuações como facilitadoras(es) de grupos de trabalho e dos eixos programáticos, nas seis microrregiões do Leste Paulista.

Cada eixo programático, assim como os grupos temáticos e processos de formalização de parceria estão associados a políticas públicas correspondentes. Dentre elas, destacamos as seguintes: de agroecologia e produção orgânica; de recursos hídricos; de biodiversidade; de fortalecimento da agricultura familiar; de assistência técnica e extensão rural; e de proteção de áreas de conservação. Essas e outras políticas públicas podem ainda ser melhor abordadas quanto às suas inserções nos planos de ação e no fortalecimento das iniciativas dos grupos de trabalho dos temas priorizados pela Rede de Agroecologia do Leste Paulista.

Dessa forma, concluímos as reflexões quanto ao percurso do projeto AgroecoLP, com considerações das principais realizações, as evoluções apresentadas e restrições. No próximo capítulo serão considerados fatores a serem enfatizados para que a Rede de Agroecologia do Leste Paulista possa se preparar diante dos desafios futuros.

Referências

- BARQUERO, A. V. **Desarrollo local**: na estrategia de creación de empleo. Madrid: Ed. Pirámide, 1988. 158 p.
- BRASIL. Lei federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, 15 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: 18 abr. 2023.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999. 94 p.
- FERREIRA, E. S.; PESSOA, V. L.S. Capital social e desenvolvimento territorial: uma abordagem teórico-conceitual. campo-território. **Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 14, p. 1-33, ago. 2012.
- FREDO, C. E.; FREITAS, S. M. de; ALVAREZ, I. A.; HIRIART, M. M. M. Dimensionando e caracterizando a agricultura familiar no circuito das frutas, São Paulo. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 10, p. 19228-19253, out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n10-153>.
- GAROFOLO, A. C. S. **Programa banco comunitário de sementes de adubos verdes**: possibilidade de geração de capital social no Estado do Rio de Janeiro, SP. 2017. 218 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Faculdade de Engenharia Agrícola, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- HAESBAERT, R. **Territórios Alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 186 p.
- NICOLA, M. P. Ação extensionista e formação de capital social em projeto regional de desenvolvimento sustentável. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 2, n. 1, p. 636-640, 2007.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna**. 5. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008. 260 p.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 411 p.
- SCHLITHLER, C. R. B. **Redes de desenvolvimento comunitário: iniciativas para a transformação social**. São Paulo: Global Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social, 2004. 85 p. (Coleção investimento social).
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 132 p. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação).